



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005161-03.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Cheque**  
 Exeqüente: **Benedito Aparecido Teixeira da Costa**  
 Executado: **Aguinaldo Martins Nogueira**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de embargos à execução alicerçada em cheque emitido pelo embargante.

Há em apenso outra execução semelhante à presente envolvendo as mesmas partes, mas cheque diverso, determinando-se o seu apensamento a esta para julgamento conjunto de ambos os embargos.

As questões prejudiciais suscitadas pelo embargante (prescrição das cédulas, ilegitimidade *ad causam* do embargado, incompetência deste Juízo para o processamento dos feitos, concessão dos benefícios da assistência judiciária ao embargante, formação de litisconsórcio passivo necessário e impugnação aos cálculos apresentados pelo embargado) já foram dirimidas pela decisão de fls. 138/139.

Renovo aqui os fundamentos então deduzidos a respeito dessas matérias.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

No mais, é incontroverso que o embargado apresenta-se como terceiro em face da relação jurídica de origem.

Sua boa-fé é em consequência presumida, consoante pacífico entendimento jurisprudencial:

*“Declaratória de inexigibilidade. Cheque. Apontamento a protesto por terceiro. Negócio subjacente. Pagamento de prestação de serviços parcialmente realizados. Irrelevância na espécie. Circulação do título que impede a oposição das exceções pessoais ao terceiro de boa fé. Art. 25 da Lei do Cheque. Princípio não modificado pelo Código de Defesa do Consumidor. Recurso improvido” (Apelação nº 9111035-31.2008.8.260000, 17ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **ERSON T. OLIVEIRA**, j. 25.04.2012 – grifei).*

*“Ação de anulação de títulos de crédito e medida cautelar de sustação de protesto – Hipótese de aplicação do princípio da inoponibilidade das exceções pessoais a terceiro de boa fé – Inexistência de provas de que o réu, ao receber o cheque, tenha agido com má-fé – Caso em que não há notícia da presença de irregularidade formal na cártula, tampouco a autora nega a sua emissão – Sentença reformada – Recurso provido” (Apelação nº 9219764-59.2005.8.26.0000, 38ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **RENATO RANGEL DESINANO**, j. 25.04.2012 – grifei).*

Diante desse cenário, tocava ao embargante a demonstração da má-fé imputada ao embargado, mas ele não logrou desincumbir-se satisfatoriamente desse ônus.

Com efeito, a testemunha Hebert Lima da Motta Fontes teceu considerações sobre a transação que rendeu ensejo aos cheques exequendos, assinalando que o embargante os emitiu para pagamento de ponto comercial que na verdade inexistia.

Deixou claro que o embargante teria sido ludibriado na ocasião.

Já a testemunha Milton Jorge Azem prestou depoimento que caminhou na mesma direção, ressaltando que não tinha sequer ciência de como os cheques chegaram às mãos do embargado.

Por fim, o embargado em depoimento pessoal esclareceu que sua filha é casada com Fábio Rodrigues Rojais e que os auxiliou porque passavam por dificuldades financeiras.

Observou que pagou diversas "contas" de ambos, além de entregar importância em dinheiro para Fábio, despendendo-lhes no total em torno de R\$ 25.000,00.

Anotou que como garantia dessa dívida Fábio repassou os cheques emitidos pelo embargante.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

A conjugação desses elementos não é bastante para firmar base sólida de que o embargado tivesse obrado de má-fé quando recebeu e executou os cheques trazidos à colação.

Não obstante a falta de elementos materiais que patenteassem os empréstimos que ele teria implementado ao genro (o documento de fl. 92 é o único com tal natureza), não se pode olvidar que a espécie atinava a situação familiar que perpassou fundamentalmente pelo pagamento de diversas despesas contraídas ao longo do tempo em prol, em última análise, da filha do embargado.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) evidenciam que nessas condições por vezes não são tomadas maiores cautelas e nem mesmo a lavratura de documentos acontece para que sirvam a demonstrar os empréstimos.

Mesmo diante dessa falta de maior comprovação, o aspecto principal é o de que não ficou configurada com a indispensável segurança a má-fé do embargado.

O quadro delineado firma a convicção de que o embargante não apresentou argumentos sólidos que sobrepujassem os atributos inerentes ao título objeto da execução, os quais subsistem íntegros.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos aqui deduzidos, bem como os deduzidos nos autos em apenso, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, prossiga-se nas execuções.

P.R.I.

São Carlos, 25 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**